

# SUMÁRIO

---

## PARTE I INTRODUÇÃO AOS RECURSOS CÍVEIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

<b>Capítulo 1 – ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....</b>	<b>23</b>
1.1 Conceito e natureza jurídica do recurso .....	24
1.2 Fontes normativas dos recursos nos Juizados Especiais .....	26
1.3 Constituição da República como fundamento do sistema recursal.....	28
1.4 Fontes normativas dos recursos no âmbito dos Juizados Especiais.....	32
1.4.1 Aplicação subsidiária do CPC .....	34
1.5 Princípios informadores do sistema recursal brasileiro .....	37
1.5.1 Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	38
1.5.2 Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias .....	39
1.5.3 Princípio da taxatividade dos recursos.....	39
1.5.4 Princípios da singularidade e da correlação do recurso .....	41
1.5.5 Princípio da fungibilidade dos recursos.....	43
1.6 Princípios dos Juizados Especiais Federais.....	48
1.6.1 Princípio da oralidade .....	48
1.6.2 Princípio da simplicidade .....	51
1.6.3 Princípio da informalidade .....	53
1.6.4 Princípio da economia processual.....	54
1.6.5 Princípio da celeridade .....	56
1.7 Aplicabilidade dos princípios do sistema recursal nos Juizados Especiais .....	57
1.8 Pressupostos de admissibilidade dos recursos em geral .....	59
1.8.1 Cabimento do recurso .....	60
1.8.2 Legitimação para recorrer.....	61

1.8.3 Interesse recursal .....	62
1.8.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....	65
1.8.5 Tempestividade, regularidade formal e preparo.....	65
1.8.6 Pertinência material do recurso em relação à decisão.....	66
1.9 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	67
1.10 Efeitos dos recursos.....	69
1.11 Classificação dos recursos.....	72
1.12 Recurso adesivo. Seu cabimento nos Juizados Especiais.....	74
<b>Capítulo 2 – ÓRGÃOS COLEGIADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....</b>	<b>77</b>
2.1 Turmas Recursais .....	78
2.1.1 Composição das Turmas Recursais.....	78
2.1.2 Competência das Turmas Recursais .....	80
2.2 Turmas Regionais de Uniformização .....	82
2.2.1 Composição das Turmas Regionais de Uniformização.....	83
2.2.2 Competência das Turmas Regionais de Uniformização.....	84
2.3 Turma Nacional de Uniformização .....	87
2.3.1 Composição da Turma Nacional de Uniformização .....	88
2.3.2 Competência da Turma Nacional de Uniformização .....	88
2.4 Órgãos colegiados nos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	90
<b>PARTE II</b>	
<b>FIGURAS RECURSAIS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS</b>	
<b>Capítulo 3 – RECURSO CONTRA SENTENÇA.....</b>	<b>95</b>
3.1 Legitimidade para recorrer .....	98
3.2 Interesse recursal.....	99
3.3 Prazo de interposição .....	101
3.4 Forma de interposição e preparo .....	102
3.5 Representação por advogado.....	104
3.6 Efeitos da interposição do recurso contra a sentença .....	106
3.7 Limites do conhecimento pela instância <i>ad quem</i> .....	109
3.8 A ausência de reexame necessário .....	111
3.9 A confirmação pelos próprios fundamentos e o dever de motivar as decisões judiciais.....	112

3.9.1 Simplicidade, celeridade e informalidade nos Juizados Especiais e o dever de fundamentação.....	116
3.10 Decisão monocrática do relator.....	118
3.11 Condenação no pagamento das verbas de sucumbência.....	120
<b>Capítulo 4 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....</b>	<b>125</b>
4.1 Hipóteses de cabimento.....	125
4.2 Omissão sobre ponto relevante.....	125
4.3 Contradição interna do julgado.....	128
4.4 Obscuridade e dúvida advinda da decisão.....	129
4.5 Prazo e forma para interposição.....	131
4.6 Legitimidade e interesse para embargar.....	133
4.7 Cabimento dos embargos de declaração contra decisão interlocutória ..	134
4.8 Suspensão e interrupção do prazo para interposição de recurso.....	135
4.9 Atribuição excepcional de efeito infringente.....	139
4.10 Erro material e erro de fato.....	141
4.11 Embargos de declaração e prequestionamento.....	145
<b>Capítulo 5 – RECURSO CONTRA DECISÃO QUE APRECIA TUTELA DE URGÊNCIA.....</b>	<b>149</b>
5.1 Pressupostos de cabimento.....	151
5.1.1 Prazo para interposição.....	151
5.1.2 Legitimidade recursal.....	153
5.2 Medida cautelar ou tutela antecipada concedida em sentença.....	155
5.3 Juízo de retratação.....	157
<b>PARTE III</b>	
<b>FIGURAS RECURSAIS NAS INSTÂNCIAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	
<b>Capítulo 6 – INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO E SEUS PRESSUPOSTOS GERAIS DE CABIMENTO.....</b>	<b>161</b>
6.1 A função paradigmática dos incidentes de uniformização no sistema recursal dos Juizados Especiais.....	166
6.2 Pressupostos gerais de cabimento dos incidentes de uniformização.....	172
6.2.1 Legitimidade para interposição dos incidentes de uniformização....	172
6.2.2 Interesse para interposição dos incidentes de uniformização.....	173
6.2.3 Prazo de interposição dos incidentes de uniformização.....	178

6.2.4	A divergência na interpretação acerca de questões de direito material .....	179
6.2.4.1	Atualidade da divergência na interpretação da lei federal... 180	
6.2.4.2	Configuração da similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e o acórdão paradigma .....	182
6.2.5	Decisão proferida por Turmas Recursais .....	186
6.2.6	Interpretação da lei em questões de direito material .....	189
6.2.6.1	Questões de fato, reexame de prova e nova qualificação jurídica da prova .....	192
6.2.6.2	Impossibilidade de discussão de matéria processual... 202	
6.2.7	Imprescindibilidade de prequestionamento.....	211

### **Capítulo 7 – OUTRAS CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO..... 215**

7.1	Efeitos da interposição do incidente de uniformização .....	215
7.2	Efeitos da decisão proferida em incidente de uniformização .....	218
7.2.1	Efeito interno da decisão uniformizadora .....	219
7.2.2	Efeito externo da decisão uniformizadora.....	222
7.3	Interposição simultânea de incidentes de uniformização .....	228
7.4	Juízo de admissibilidade e pedido de submissão.....	229
7.5	Limites de devolução dos incidentes de uniformização .....	233
7.6	Retenção de incidentes de uniformização idênticos .....	235
7.7	Juízo de adequação e juízo de retratação do julgado .....	238
7.8	Decisão monocrática em incidentes de uniformização .....	241

### **Capítulo 8 – INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO EM ESPÉCIE .....** 243

8.1	Incidentes de Uniformização dos Juizados Especiais Federais .....	243
8.1.1	Incidente de Uniformização Regional.....	244
8.1.1.1	Pressupostos específicos do incidente de uniformização regional .....	244
8.1.2	Incidente de Uniformização Nacional.....	245
8.1.2.1	Pressupostos específicos do incidente de uniformização nacional .....	247
8.1.2.1.1	Divergência entre decisões de turmas de diferentes Regiões.....	247
8.1.2.1.2	Contrariedade à jurisprudência dominante do STJ.....	249
8.1.2.2	Juízo de adequação pela Turma de origem .....	254



8.1.3	Incidente de Uniformização para o Superior Tribunal de Justiça....	255
8.1.3.1	Amparo constitucional do incidente de uniformização dirigido ao STJ.....	255
8.1.3.2	Pressupostos específicos de cabimento.....	257
8.1.3.3	Efeito externo do incidente de uniformização dirigido ao STJ.....	258
8.1.3.4	Regulamentação do incidente de uniformização dirigido ao STJ.....	260
8.1.4	Consulta em questão de direito processual.....	261
8.2	Os incidentes de uniformização dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/09).....	268
8.2.1	O incidente de uniformização estadual da Lei 12.153/09.....	269
8.2.2	Os incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça da Lei 12.153/09.....	269
<b>Capítulo 9 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....</b>		<b>273</b>
9.1	Pressupostos de cabimento.....	274
9.1.1	A ofensa direta ao texto constitucional.....	276
9.1.2	O esgotamento das vias recursais ordinárias.....	278
9.1.3	O prequestionamento da questão constitucional na decisão recorrida.....	280
9.1.4	A repercussão geral da questão constitucional discutida no recurso.....	281
9.2	Juízo de admissibilidade e retenção dos recursos extraordinários.....	283
<b>PARTE IV</b>		
<b>OUTRAS FORMAS IMPUGNATIVAS DE DECISÕES NOS JUIZADOS ESPECIAIS</b>		
<b>Capítulo 10 – MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....</b>		<b>289</b>
10.1	Pressupostos de cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional .....	290
10.2	Pressupostos de cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais.....	293
10.3	Competência do mandado de segurança contra ato de juiz do juizado especial federal.....	299
10.4	Procedimento do mandado de segurança nas turmas recursais .....	303
10.5	Impugnação de decisão da turma recursal em sede de mandado de segurança .....	305

10.6 Correição parcial e mandado de segurança no âmbito dos Juizados Especiais.....	305
<b>Capítulo 11 – O INSTITUTO DA RECLAMAÇÃO.....</b>	<b>309</b>
<b>Capítulo 12 – A REVISÃO DA COISA JULGADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....</b>	<b>313</b>
12.1 A vedação da ação rescisória como restrição ao direito fundamental a um processo justo.....	314
12.1.1 O direito fundamental a um processo justo.....	315
12.1.2 Direitos fundamentais como princípios.....	320
12.1.3 Categorização das restrições segundo sua previsão constitucional.....	323
12.1.4 Colisão de direitos fundamentais – a ponderação dos valores envolvidos no caso concreto.....	326
12.1.5 Proporcionalidade como passo fundamental à análise da legitimidade da restrição.....	331
12.1.5.1 A máxima da adequação ou conformidade.....	333
12.1.5.2 A máxima da necessidade da medida restritiva.....	333
12.1.5.3 A máxima da proporcionalidade no sentido estrito.....	334
12.1.5.4 A preservação do núcleo essencial do direito fundamental.....	335
12.1.6 A restrição ao uso de ação rescisória nos juizados especiais <i>vis a vis</i> do direito fundamental à proteção judicial.....	340
12.2 Quebra da coisa julgada nos Juizados Especiais.....	341
<b>Capítulo 13 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA JURÍDICA... 347</b>	<b>347</b>
13.1 Contornos para identificação de sentença juridicamente inexistente.....	349
13.2 Meios de impugnação de sentença juridicamente inexistente.....	351
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>355</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>365</b>